



**COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**  
**GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPRIMENTOS**

**CONTRATO DE PATROCÍNIO - Nº 008/2026**

**TERMO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO Nº 008/2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.**

**A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista do Estado do Rio Grande do Norte, com Sede Social na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), representada por seus Diretores infra-assinados, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **PATROCINADORA**, e, de outro lado a **CENTRO DE CONVIVENCIA DOM NIVALDO MONTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.292.185/0001-93, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 40, Cidade Alta, Natal/RN (CEP 059.025-750), neste ato representada por seu Responsável Legal infra-assinado, aqui denominada **BENEFICIÁRIA**, firmam como justo e acordado, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS, na Lei Federal nº13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e Instrução Normativa SECOM-PR Nº 01, de 8 de maio de 2009, este **CONTRATO DE PATROCÍNIO**, com as cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Concessão de **PATROCÍNIO** pela POTIGÁS para o **PROJETO RIOMA - PLANTANDO RAÍZES CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COM CULTURA POTIGÁS 2026**, promovido pela empresa **BENEFICIÁRIA**.

1.2. As diretrizes para a **PATROCINADORA** e para a **BENEFICIÁRIA** são as estabelecidas no Edital Natural Como Fazer o Bem 2026 e no presente **CONTRATO DE PATROCÍNIO**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONTRAPARTIDAS**

2.1. A **PATROCINADORA** terá, como contrapartida do seu investimento:

- a) Aplicação/menção da marca POTIGÁS e do selo social em todos os materiais de comunicação, por qualquer meio ou mídia, durante o período contratual (necessária aprovação prévia do material em que conste logomarca da POTIGÁS);
- b) Citação do patrocínio em todas as entrevistas e releases;
- c) Cessão do direito de utilização de nomes, sons, imagens e demais dados inseridos no projeto em campanhas institucionais e outras divulgações realizadas pela POTIGÁS, sem nenhum direito à remuneração, limitação de tempo ou de número de vezes, sendo responsabilidade do proponente as autorizações e arquivamento de uso de imagem das pessoas envolvidas.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO PATROCÍNIO**

3.1. O valor do **PATROCÍNIO** é de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, a ser depositado na conta corrente bancária indicada pela **BENEFICIÁRIA**, em parcela única, em até **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão do projeto e recebimento dos respectivos documentos de comprovação de prestação de contas e documentos fiscais e de apresentação dos documentos descritos no item 4.2.5 do Edital. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3.2. Caso sejam constatadas irregularidades na prestação de contas ou na apresentação dos documentos do item anterior, o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação, pela contratada, dos documentos devidamente corrigidos.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, o valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)** é oriundo de receita própria da **PATROCINADORA**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no Plano Orçamentário da POTIGÁS, relativo ao exercício de 2026, na conta: **"PO 2026 - Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.10.3 (Patrocínio Institucional - edital)."**

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA COTA ÚNICA**

5.1. Este **PATROCÍNIO** independe de outras cotas, não existindo ônus adicionais para a **PATROCINADORA**.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1. A vigência do presente **CONTRATO** é de **04 (quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação da **PATROCINADORA**.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido na hipótese de superveniência de norma legal, determinação de autoridade pública ou no caso de ocorrência de caso fortuito e/ou força maior que torne

impraticáveis as operações ora ajustadas, devendo a **BENEFICIÁRIA** restituir, imediatamente e independente de aviso, à **PATROCINADORA** o valor pago.

7.2. À **PATROCINADORA** reserva-se o direito de rescindir o **CONTRATO**, observando-se o disposto no Capítulo VIII, Seção XIV - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do RILC da **POTIGÁS**.

7.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

## 8. **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA**

8.1. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.2. Garantir que as contrapartidas estabelecidas na cláusula segunda do presente **CONTRATO** sejam fielmente cumpridas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. Apresentar, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, na oportunidade que a **PATROCINADORA** entender pertinente, relatório que comprove as contrapartidas concedidas em decorrência do investimento realizado, anexando os comprovantes e registros publicitários pertinentes, bem como a descrição das atividades executadas, denominado de Relatório de Acompanhamento.

8.4. As logomarcas da **PATROCINADORA** deverão estar de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos no momento da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8.5. Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir as obrigações ajustadas neste **CONTRATO**, no todo ou em parte, a terceiros, sem a prévia e expressa anuência da outra parte, bem como este **CONTRATO** não poderá servir de garantia bancária ou aval fiduciário.

8.6. A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a devolver os valores eventualmente pagos, caso não seja realizado o Projeto por ela mesma apresentado quando da inscrição no **Edital Natural Como Fazer o Bem** ou se o mesmo for cancelado por quaisquer motivos.

8.7. A **BENEFICIÁRIA** fica obrigada a apresentar, ao final do prazo de realização do projeto correspondente ao patrocínio objeto do presente **CONTRATO**, a prestação de contas da aplicação dos recursos fornecidos pela **PATROCINADORA**, por meio do Relatório Final.

## 9. **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC** da **POTIGÁS**, no seu artigo 233, garantida a prévia defesa, a **PATROCINADORA** poderá aplicar as sanções estabelecidas no Capítulo VIII, Seção XV - Das Sanções Administrativas do **RILC** da **POTIGÁS**.

9.1.1. Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a **BENEFICIÁRIA** multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **PATROCINADORA**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **BENEFICIÁRIA** no documento em questão.

9.1.2. Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução do objeto contratado, serão aplicadas à **BENEFICIÁRIA** as seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

9.1.3. A **BENEFICIÁRIA** pagará multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e do **Edital Natural Como Fazer o Bem**, que comprovadamente provoquem danos à **PATROCINADORA**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

9.1.4. As sanções previstas nos incisos I e IV do artigo 232 do **RILC** da **POTIGÁS** poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

9.1.5. À **PATROCINADORA** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

9.2. No caso da **BENEFICIÁRIA** ser considerada inadimplente, a **PATROCINADORA** poderá, ainda, proceder a inscrição desta no cadastro de inadimplentes do SIAFI e no cadastro informativo de créditos não quitados (CADIN), quando a **BENEFICIÁRIA** não apresentar a prestação de contas final ou parcial dos recursos recebidos nos prazos regulamentares.

9.3. Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016, as disposições do Capítulo II-B (DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), conforme estabelecido no Artigo 185 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto no Capítulo VIII, Seção XVI - Do Procedimento para Aplicação de Sanções do **RILC** da **POTIGÁS**.

## 10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

10.1. O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Artigo 27 § 3º da Lei 13.303/2016** e o **Artigo 258 do RILC/POTIGÁS**, que consideram a **CONTRATAÇÃO DIRETA** por inexigibilidade de licitação, quando houver inviabilidade de competição, bem como no **CAPÍTULO IX - DAS NORMAS ESPECÍFICAS, Seção II - Dos Convênios ou Contratos de Patrocínio do RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao processo **SEI Nº 05310022.000317/2026-18**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

#### 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE**

11.1. As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia.

11.1.1. Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

#### 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa de qualquer outro, para quaisquer questões decorrentes deste **CONTRATO**.

Assim, por estarem de comum acordo, a **PATROCINADORA** e a **BENEFICIÁRIA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Assinado eletronicamente por:

**PELA PATROCINADORA**

**Marina Melo Alves**  
Diretora Presidente

**Alyne Valentim Muniz**  
Diretora Administrativa e Financeira

**PELA BENEFICIÁRIA**  
**José de Arimateia Amaral**  
Responsável Legal  
CPF Nº 523.268.454-04

**TESTEMUNHAS**  
**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF Nº 595.822.274-00

**Laíssa da Costa Ferreira**  
CPF Nº 048.845.274-02

**Referência:** Processo nº 05310022.000317/2026-18

SEI nº 40032823



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Wagner Guilhermino Pereira, Gerente Administrativo e de Suprimentos**, em 16/03/2026, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Valentim Muniz, Diretora Administrativa e Financeira**, em 16/03/2026, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves, Diretora-Presidente**, em 16/03/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Arimateia Amaral, Usuário Externo**, em 16/03/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laíssa da Costa Ferreira, Gerente de Comunicação e Marketing**, em 16/03/2026, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40032823** e o código CRC **BC32CE37**.